

LUTAR CONTRA OS ATAQUES E PRIVATIZAÇÕES

Crise da Lava Jato, crise do regime político

Em dezembro de 2016, o cientista político brasileiro, Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, afirmou, em entrevista ao Jornal do Brasil, que o então juiz Sergio Moro e o então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, avançavam nos prejuízos provocados ao País e à economia nacional. Conhecido por dissecar o poderio norte-americano na desestabilização de países, Moniz Bandeira alertava que o resultado da Operação Lava Jato seria desestruturar, paralisar e decapitalizar as empresas brasileiras, estatais e privadas, como a Odebrecht, que competem no mercado internacional, América do Sul e África.

Leia mais na p.2

Bolsonaro na ONU: mais uma vergonha internacional

No último dia 24 de setembro, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (PSL), proferiu um discurso na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). E, mais uma vez, a fala pública do presidente virou piada na imprensa nacional e internacional, tamanho os absurdos ditos, os exageros na fala, a falta de bom senso e, finalmente, as mentiras faladas.

Leia mais na p.3



Quando a privatização dá certo?

De acordo com o Transnational Institute (TNI - Instituto Transnacional, em tradução livre), centro de pesquisas que se debruça em estudar democracia e sustentabilidade, sediado na Holanda, pelo menos 884 serviços foram reestatizados no mundo. “Misteriosamente”, lideram os processos de reestatizações os países centrais do imperialismo. Na Alemanha, foram 348 empresas reestatizadas; 152 na França; 67 nos Estados Unidos; 65 no Reino Unido e 56 na Espanha. Segundo o próprio TNI, as reestatizações ocorreram porque a iniciativa privada prioriza o lucro, logo, os serviços eram caros e ruins, com baixo retorno à população. Dentre os setores reestatizados, destacam-se os serviços públicos essenciais, como o fornecimento de água e energia, coleta de lixo e programas habitacionais.

Leia mais na p.5

Ataque na Arábia Saudita intensifica crise no Oriente Médio

No último dia 14 de setembro, duas instalações da petroleira Aramco, na Arábia Saudita, foram atacadas por drones. De acordo com o comunicado do Ministério de Interior saudita, houve ataques na fábrica de processamento de petróleo em Abqaiq, importante cidade saudita, e no campo de petróleo de Khurais. O ataque foi assumido por rebeldes iemenistas houthis, apoiados pelo Irã, que afirmaram ter mobilizado dez drones para executar os ataques. Imediatamente, o Secretário de Estado estadunidense, Mike Pompeo, em suas redes sociais, acusou o Irã de ter perpetrado o ataque. Segundo Pompeo: “no meio de convocações para reduzir a tensão, o Irã lançou um ataque sem precedentes contra o fornecimento de energia no mundo.

Leia mais na p.6



XVI Eneja: é tempo de resistência!
p.8



Caso Agatha: o assassinato de mais uma criança periférica
p.9



Extrema-direita no poder: uma mulher agredida a cada 4 minutos
p.10



Prefeito manda retirar Livro da Bienal do Rio por causa de beijo gay
p.15

Crise da Lava Jato, crise do regime político

Em dezembro de 2016, o cientista político brasileiro, Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, afirmou, em entrevista ao Jornal do Brasil, que o então juiz Sergio Moro e o então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, avançavam nos prejuízos provocados ao País e à economia nacional. Conhecido por dissecar o poderio norte-americano na desestabilização de países, Moniz Bandeira alertava que o resultado da Operação Lava Jato seria desestruturar, paralisar e descapitalizar as empresas brasileiras, estatais e privadas, como a Odebrecht, que competem no mercado internacional, América do Sul e África. Advertia também que a delação premiada é similar a um método fascista.

O cientista político e historiador, que vivia na Alemanha, faleceu no final de 2017 sem conhecer os desdobramentos políticos da Lava Jato, que levaram Bolsonaro ao poder e Moro ao Ministério da Justiça, e sem presenciar a desmoralização da Operação que retirou o ex-presidente Lula das eleições e o mantém na cadeia. Após os vários escândalos envolvendo as manobras políticas da Lava Jato e o arrivismo de seus protagonistas, revelados pelo site The Intercept Brasil, o último episódio, envolvendo o ex-Procurador descortinou um cenário típico de um “faroeste caboclo” na política nacional.

Em reportagem do jornal O Estado de São Paulo, Janot revelou que foi armado ao Supremo Tribunal Federal com a finalidade de atirar no ministro Gilmar Mendes e, em seguida, tirar a própria vida. A declaração do ex-Procurador jogou holofotes sobre o livro de sua autoria, “Nada menos que tudo”, onde relata

histórias de sua passagem pela chefia do Ministério Público Federal. Algumas dessas histórias comprovam que o objetivo maior da Lava Jato era a perseguição política à Lula. Consta no livro que, em setembro de 2016, Janot foi procurado por Deltan Dallagnol, chefe da Lava Jato, que tentou pressioná-lo a dar prioridade nas denúncias contra o ex-presidente. Dallagnol e outros integrantes da República do Paraná desejavam que Lula fosse acusado por organização criminosa, logo após ter sido acusado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Esse episódio reforça a suspeita sobre o possível assassinato do ministro do Supremo, Teori Zavasky. Janot também relata que, durante a fase inicial do caso do tríplex, Teori havia autorizado o uso de documentos obtidos no inquérito sobre organização criminosa relacionada ao PT com a força-tarefa, mas deixando claro que eles não poderiam tratar de organização criminosa, porque o caso já era alvo de um inquérito no STF, o qual tinha como relator o próprio Teori e cujas investigações eram conduzidas por Janot. Ignorando a recomendação de Zavascki, Dallagnol apresentou à imprensa, em setembro de 2016, seu famoso power-point, sem provas, mas “com convicção”, onde Lula era a figura central de uma organização criminosa. Quatro meses depois, Teori Zavasky morreu num acidente trágico de avião.

Crise da Lava Jato e Lula

O descalabro da revelação de Janot sobre sua intenção de matar o ministro Gilmar Mendes ocorreu no momento em que a

Lava Jato vem sofrendo sucessivas derrotas no STF, como mostrou o último julgamento do caso, que pode levar à anulação de sentenças da Operação, dominado por argumentos sobre o direito de defesa dos réus e o respeito ao que prevê a legislação penal.

Com o desgaste da Lava Jato, seus procuradores agora tentam usar a Lei para camuflar o caráter político da prisão de Lula diante da opinião pública e, para isso, enviaram um ofício à Justiça solicitando que o ex-presidente cumpra regime semiaberto. O advogado, pós-doutor em Direito e membro da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Sérgio Graziano, avalia que, por se tratar de uma prisão política, os pedidos e decisões do caso não devem ser avaliados eminentemente de forma jurídica. Para ele, o pedido é “uma espécie de truço” dos procuradores, que tentam passar uma leitura de Lula como um preso comum. “Qualquer um aceitaria isso [ir para regime semiaberto], mas Lula não é qualquer um. Ele é a personificação da violação dos direitos humanos. Então não é só um preso, não é só um preso político, ele representa muito mais que isso”.

No último dia 30 de setembro, Lula informou a seus advogados que não aceitará a troca de regime de prisão – de fechado para semiaberto – por entender que isso fere sua dignidade, já que foi condenado sem provas, e exige ser considerado inocente para sair da prisão.

O Comitê Lula Livre se manifestou através de uma nota em que afirma que “o Ministério Público Federal, ao pedir a progressão da

pena do ex-presidente, manobra para que o julgamento da suspeição de Moro e anulação dos julgamentos não entrem em debate no Supremo Tribunal Federal. Articulam a medida porque sabem que o único caminho justo é a nulidade dos processos fraudulentos contra Lula.”

Provavelmente, os próximos capítulos envolvendo a liberdade de Lula passarão pela Segunda Turma do STF, que tem em mãos um pedido de Habeas Corpus do ex-presidente por conta da suspeição do então juiz Moro ao julgá-lo. Caso a flagrante parcialidade de Moro seja aceita pelo Supremo, a sentença do caso do tríplex poderá ser anulada e Lula deixará a prisão com seus direitos restabelecidos. Ainda não há uma data para a retomada desse julgamento.

O certo é que, a cada dia, fica mais evidente que o ex-presidente Lula foi vítima de “lawfare”, manipulação das leis e dos procedimentos jurídicos para fins de perseguição política, cujo resultado levou a extrema-direita ao poder. As manobras utilizadas para derrubar o PT do poder revelam os mecanismos sórdidos que a burguesia é capaz de utilizar para garantir seus lucros. Arbitrariedades que fazem da Lei “letra morta” e todo o tipo de violência, protagonizada pelos que ocupam o poder, são instrumentos para atender aos interesses do imperialismo norte-americano no Brasil. Essa guerra suja tem como alvos a classe trabalhadora e a soberania nacional e só pode ser enfrentada com os métodos da luta de classes.



Contribua com a
Imprensa Revolucionária
EXPEDIENTE

Pedro Paulo Pinheiro
Renato Tavares Pereira
Sarah Sarmento

Projeto Gráfico:
Renato Tavares Pereira
Jornalista Responsável:
Sarah Sarmento - 3644PB
Contato: 31 99396 8181
Editor Geral:
Pedro Paulo Pinheiro

Imagens: Google

Rua dos Carijós, 141- S.1104
Belo Horizonte - MG

www.lutapelosocialismo.org.br

Bolsonaro na ONU: mais uma vergonha internacional



No último dia 24 de setembro, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (PSL), proferiu um discurso na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). E, mais uma vez, a fala pública do presidente virou piada na imprensa nacional e internacional, tamanho os absurdos ditos, os exageros na fala, a falta de bom senso e, finalmente, as mentiras faladas.

Fingindo não existir um grave problema da saúde pública no Brasil, onde faltam profissionais para atender a população, Bolsonaro, agora em âmbito internacional, atacou mentirosamente o programa Mais Médicos, em especial os médicos cubanos. De acordo com o presidente: “Em 2013, um acordo entre o governo petista e a ditadura cubana trouxe ao Brasil 10 mil médicos sem nenhuma comprovação profissional. Foram impedidos de trazer cônjuges e filhos, tiveram 75% de seus salários confiscados pelo regime e foram impedidos de usufruir de direitos fundamentais, como o de ir e vir. Antes mesmo de eu assumir o governo, quase 90% deles deixaram o Brasil, por ação unilateral do regime cubano”.

As mentiras são várias. A primeira delas diz respeito a lei 12.873/2013, que estabelecia que os profissionais deveriam possuir “diploma expedido por instituição de educação superior estrangeira” e “habilitação para o exercício da Medicina no país de sua formação”. Não havia impedimentos para que a famílias destes profissionais

viesses para o Brasil, muito pelo contrário, o Ministério de Relações Exteriores concedia visto temporário para reagrupamento familiar. O motivo dos profissionais terem ido embora do Brasil não foi uma “decisão unilateral do governo cubano”. Na realidade, os médicos retornaram a Cuba pelas declarações ameaçadoras e depreciativas de Bolsonaro contra os profissionais, conforme denunciado pelo Ministério de Saúde Pública cubano, ainda em 2018.

Encobrendo a violência do Estado

Outra mentira proferida foi sobre as demarcações de terras indígenas. Bolsonaro afirmou que “hoje, 14% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, mas é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós”. Os povos indígenas conquistaram a demarcação de 440 terras, o que corresponde a 12,6% do território brasileiro. Muito pouco, considerando-se a espoliação de mais de 500 anos contra os habitantes naturais do Brasil.

Mais que isso, apesar de vociferar contra os direitos dos povos indígenas, Bolsonaro não disse um parágrafo sobre os recentes assassinatos de índios brasileiros, realizados por fazendeiros no afã da expansão da fronteira agrícola em direção às terras demarcadas. A título de exemplo, no último dia 26 de julho, um grupo de 50

garimpeiros atacou uma das aldeias da etnia Waiãpi, no Amapá. De acordo com depoimento do coordenador das aldeias, Viceni Waiãpi, pelo menos uma liderança foi morta: o cacique Emyra Waiãpi, de 68 anos. Viceni ainda afirmou que os garimpeiros continuaram na aldeia após o ataque, com espingardas, armas pesadas e cachorros. Segundo ele, os garimpeiros estão ocupando pequenas aldeias durante a noite, agredindo crianças, mulheres etc. Sobre o assassinato do cacique, o que reina é a impunidade. O governo Bolsonaro não só não se importa com o assassinato de lideranças indígenas, como seu discurso é de incentivo a tais atos.

Bolsonaro também “ostentou” números que mostram uma suposta redução no número de assassinatos a policiais e de homicídios em geral, nos seis primeiros meses de seu governo, em torno de 20%. Essa porcentagem é exatamente a mesma de pessoas mortas por intervenções policiais, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado no início de setembro. Das 6.220 mortes, 99,3% eram homens, 77,9% tinham entre 15 e 29 anos e 75,4% eram pessoas negras. Ou seja, ainda morre muita gente no Brasil, só que cada vez mais concentrada entre a população negra e pobre. Isso não incomoda o governo Bolsonaro.

Conforme salientado por grande parte da imprensa, Bolsonaro, em seu discurso, não fez nenhuma proposição para o combate à fome, miséria, desigualdade social e pobreza. Ou seja, o representante da extrema-direita, como não poderia ser diferente, não tem nenhuma alternativa para os marginalizados e pobres que não seja o velório.

Mais subserviência

Se não bastassem todos estes fatos, Bolsonaro também desmentiu seu próprio discurso em tempo real. A todo o tempo, as palavras “soberania” e “nação” eram proferidas pelo presidente. A principal acusação foi direcionada à França e Alemanha, que Bolsonaro acusou de terem interesses colonialistas por trás de sua preocupação com a Amazônia. De fato, sendo parte de um polo do imperialismo mundial, por trás dos discursos “salvadores”

da Amazônia, os países europeus têm profundos interesses econômicos e políticos em suas intervenções no Terceiro Mundo. Porém, o presidente brasileiro não possui nenhum interesse em resguardar os interesses nacionais contra o imperialismo. Ao contrário: quer garantir um contrato de exclusividade para que os Estados Unidos explorem o Brasil. O presidente dos EUA, Donald Trump, aliás, foi o único líder global que foi elogiado no discurso de Bolsonaro.

Ficou evidente para o mundo que Bolsonaro nada mais é do que uma marionete nas mãos do presidente estadunidense. Todos os tratados que foram estipulados entre Brasil e Estados Unidos, desde o início do ano, não serviram para nada que não fosse colocar o Brasil ainda mais sob o jugo do imperialismo estadunidense. Com relação à pauta específica da Amazônia, inclusive, foi anunciado, no último dia 13 de setembro, após reunião entre o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, um acordo em que se liberou um fundo de US\$ 100 milhões da iniciativa privada estadunidense para o desenvolvimento econômico da maior floresta tropical do mundo. Trata-se, em conjunto com o falso combate aos países europeus, da entrega da Amazônia ao interesse exclusivo dos estadunidenses.

A subserviência de Bolsonaro a Trump chegou ao cúmulo do ridículo: o presidente brasileiro passou uma hora no corredor, após proferir o seu discurso, esperando para um encontro de 17 segundos com o presidente estadunidense, que se limitou a apertar a mão e tirar uma foto com Bolsonaro e balbuciar “ótimo discurso”. O detalhe é que Trump simplesmente não assistiu a fala de Bolsonaro, tendo ficado em um saguão externo dando entrevistas.

As atitudes de Bolsonaro não são de um líder de Estado, preocupado com a soberania de seu país. São, na melhor das hipóteses, de um “fã” adolescente. O suposto “patriotismo” de Bolsonaro não passa de uma fraseologia hipócrita. Ele, na verdade, é um entreguista de marca maior, cuja função é entregar tudo o que for possível para o imperialismo norte-americano.

Abandono da saúde pública: faltam vacinas em todo o País

O descaso do atual governo em relação à saúde da população faz com que a crise na saúde pública se aprofunde. As vacinas Pentavalente e Tríplice Bacteriana (DTP), necessárias para a imunização de crianças recém-nascidas, estão em falta em vários municípios brasileiros. Os dados são alarmantes. Segundo um levantamento do Ministério da Saúde/PNI, o percentual de brasileiros imunizados só tem diminuído. A taxa de vacinação com Pentavalente (difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e doenças causadas por *Haemophilus influenzae* tipo B, como a meningite) caiu de 96,3% para 79,2%. A vacina, que deve ser aplicada aos dois, quatro e seis meses de idade, era importada da Índia, mas foi reprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que devolveu três milhões de doses para os fornecedores.

Outras doenças, como o sarampo e a dengue, evitáveis com vacinas, reapareceram em diversos estados. Cerca de 10 mil casos de sarampo foram registrados no ano passado. Quanto à dengue, houve um aumento de 340% no número de registros em 2019.

Entre 2015 e 2017, o índice de vacinação para poliomielite, por exemplo, sofreu uma redução de



98,3% para 79,5%. Embora não tenha aparecido nenhum registro de poliomielite no País, o risco de contágio tem aumentado.

De acordo com o Portal de notícias Hoje em dia, no dia 18 de setembro, faltavam vacinas em 11 dos 18 postos de saúde de Belo Horizonte.

Sem previsão de normalização

Após o problema com a empresa indiana, o Ministério da Saúde solicitou junto à Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) a reposição das vacinas, porém, não havia disponibilidade imediata da vacina no mundo. As 6,6 milhões de vacinas adquiridas pelo Brasil começaram a chegar em agosto e a

previsão de normalização do abastecimento é apenas em novembro. Quanto a DTP, apenas 2,4 milhões de doses foram distribuídas aos estados por um problema com a temperatura das doses (variação de temperatura no transporte para o Brasil).

Sarampo

O Brasil foi atingido por um surto de sarampo no último período. O Ministério da Saúde já confirmou 4.507 casos de Sarampo e quatro óbitos em decorrência da doença, enquanto outros 21.711 casos permanecem sob investigação. Os dados referem-se ao período de 30 de junho a 21 de setembro, e representam 84,3% de todos os casos registrados este ano. O sarampo é transmitido pelo contato com a pessoa

contaminada e pelo ar, além de ser uma doença altamente contagiosa, que pode evoluir para complicações, levando à morte.

A maior parte dos casos concentra-se no estado de São Paulo (4.374), divididos em 168 municípios. Logo em seguida estão os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco, com 22 casos cada; Santa Catarina, com 12; Paraná, 13; Rio Grande do Sul, sete; Ceará e Paraíba, com cinco registros cada; Maranhão, Goiás e Rio Grande do Norte, com quatro casos cada; Distrito Federal e Pará, com três casos cada; Mato Grosso do Sul e Piauí, com dois cada, e Espírito Santo, Bahia e Sergipe, com um caso confirmado de sarampo, cada.

A falta de vacinas é um dos reflexos da precarização do Sistema Único de Saúde. Acabar com a imunização é deixar a classe operária, a parcela que depende do SUS, a mercê da própria sorte. Trata-se de uma política de ataque direto contra a população pobre, que não tem condições de pagar para ter acesso às vacinas. Por isso, **d e v e m o s d e f e n d e r o s** investimentos e o fortalecimento das políticas e instituições da saúde pública. Defender a saúde pública, gratuita e de qualidade para todos é defender a população em todos os níveis sociais.

Senado aprova Reforma da Previdência em primeiro turno

Por 56 votos a 19, o Senado aprovou, em primeiro turno, o texto base da Reforma da Previdência. O documento vinha sendo discutido desde fevereiro, quando o governo entreguista de Jair Bolsonaro propôs as mudanças, e tramitou na Câmara dos Deputados até agosto. O texto ainda deve ser votado em segundo turno pelo Senado.

Esse violento ataque contra as massas trabalhadoras passou pelo Senado sem qualquer mobilização por parte das burocracias sindicais, que preferiram “jogar a toalha” no momento em que os trabalhadores davam amostras da crescente disposição de luta nos atos que ocorreram enquanto a Reforma tramitava no Congresso Nacional.

A sessão, que durou cerca de quatro horas, rejeitou vários destaques propostos por senadores de oposição, aprovando apenas um deles, relativo ao abono salarial (uma espécie de 14º salário) para quem recebe menos de dois salários mínimos, que, em 2019, somam R\$ 1.996,00. O

relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) mantinha a proposta da Câmara de abono para aqueles que recebessem apenas R\$ 1.364,43, valor esse que, de acordo com a Constituição, define a condição de baixa renda. Os senadores autores do destaque, porém, afirmaram que a restrição do abono teria impacto em milhões de brasileiros que recebem até R\$ 2.000,00 mensais. Na visão deles, o benefício impacta diretamente na constituição da renda familiar. Para rejeitar o destaque desfavorável ao governo, eram necessários 49 votos, mas a bancada favorável ao governo obteve apenas 42 votos, o que trouxe um suposto sabor de derrota à aprovação da Reforma.

A oposição no Congresso Nacional e no Senado comemora essa e outras derrotas pontuais do governo, como a rejeição à capitalização; a exclusão do artigo que colocava na Constituição o critério para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e causaria o congelamento do benefício; a manutenção, na

aposentadoria rural, da idade mínima de 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens); o tempo de contribuição em 15 anos para ambos os sexos, etc. Porém, são derrotas ínfimas em vista do verdadeiro massacre que a Reforma representará para os mais pobres e os servidores públicos.

Depois da Reforma Trabalhista do governo golpista de Michel Temer, que ao invés do prometido crescimento e geração de empregos, levou ao aumento do trabalho informal e da precarização das CLT, a Reforma da Previdência vem para destruir o direito garantido aos trabalhadores de se aposentar, além do desmonte do bem-estar social com ataques a todos os benefícios que protegem os mais pobres.

Ao estabelecer o tempo mínimo de contribuição para 15 anos, elevar para 40 anos o tempo de contribuição necessário para se garantir 100% do salário e ainda modificar a regra de cálculo da aposentadoria para incluir 100%

de todos os salários ao invés de 80% dos maiores, o que causará uma redução do valor pago, a Reforma vai onerar os trabalhadores em favor dos bancos que venderão previdência privada aos que poderão pagar.

Os grandes empresários e banqueiros visam aumentar seus lucros por meio da exploração ainda mais cruel da população. Temos visto os trabalhadores perderem cada vez mais direitos devido às mudanças propostas pelos governos que chegaram ao poder por manipulações das altas castas de parasitas burgueses. A Reforma Trabalhista, a terceirização irrestrita, a Reforma da Previdência e o anúncio de minirreformas trabalhistas que retiram mais direitos representam ataques profundos aos trabalhadores e levarão a população brasileira à miséria.

Somente a luta organizada, através da ação direta das massas poderá fazer o devido enfrentamento aos planos do capitalismo para o povo. Para que isso aconteça, será necessário superar a política de contenção das direções.

Quando a privatização dá certo?



O ministro da economia do governo de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, tem anunciado a privatização de empresas públicas, em conjunto com reformas que acabam com os direitos trabalhistas e previdenciários, como “tábua da salvação” para a economia brasileira. Nesse sentido, o Governo Federal afirmou, no último dia 21 de agosto, que abriria o processo de privatização de 17 empresas, entre elas os Correios, Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV). Mas é verdade que as privatizações são provas de sucesso econômico? De melhores serviços prestados à população?

De acordo com o Transnational Institute (TNI - Instituto Transnacional, em tradução livre), centro de pesquisas que se debruça em estudar democracia e sustentabilidade, sediado na Holanda, pelo menos 884 serviços foram reestatizados no mundo. “Misteriosamente”, lideram os processos de reestatizações os países centrais do imperialismo. Na Alemanha, foram 348 empresas reestatizadas; 152 na França; 67 nos Estados Unidos; 65 no Reino Unido e 56 na Espanha. Segundo o próprio TNI, as reestatizações ocorreram porque a iniciativa privada prioriza o lucro, logo, os serviços eram caros e ruins, com baixo retorno à população. Dentre os setores reestatizados, destacam-se os serviços públicos

essenciais, como o fornecimento de água e energia, coleta de lixo e programas habitacionais. Outro fator importante de ser frisado é que, segundo Lavinia Steinfurt, coordenadora dos projetos do TNI, em entrevista à UOL, é que os processos de reestatização estão em franco crescimento, sendo que 83% dos processos foram feitos a partir de 2009. Este simples fato já seria mais que suficiente para destruir o argumento de Paulo Guedes e sua trupe. A crise econômica pela qual passa o capitalismo estourou em 2008, logo, o fato de os Estados centrais do capitalismo estarem reestatizando empresas, em vez de privatizá-las, mostra que para quem realmente controla economicamente o mundo, a solução não é diminuir o Estado, mas aumentar sua participação na economia.

Estudos de reestatizações

Na Alemanha, país que passou por mais processos de reestatizações, o grosso dos serviços reestatizados foram os de abastecimento de eletricidade, gás e aquecimento. Na década de 1990, auge do neoliberalismo, o governo vendeu parcial ou totalmente as redes municipais de abastecimento e passou a comprá-las novamente a partir de 2007. Em Hamburgo, populosa cidade alemã, a própria população, em referendo de 2013, exigiu do governo que comprasse novamente as redes locais de energia.

A França decidiu, em 2008, não renovar a concessão à iniciativa privada dos serviços de água e

esgoto em Paris. Em seu lugar, foi criada a Eau de Paris, uma companhia municipal que ainda gerencia a distribuição da água e das redes de esgoto. O motivo foi o alto custo que a iniciativa privada cobrava pela prestação do serviço. Um estudo realizado em 2013 pela entidade de defesa dos consumidores, chamada UFC Que Choisir, mostrou que nas cidades francesas com mais de 100 mil habitantes, as menores tarifas para o abastecimento de água eram daquelas que as empresas gestoras eram públicas.

Além disso, na França, foi reestatizado o transporte público em 20 cidades, na contramão do que pretende o governo Bolsonaro, que quer privatizar a CBTU. O mesmo processo ocorreu no Reino Unido. A TFL (Transporte de Londres), que deveria ser um dos primeiros contratos de Parceria Público Privado do mundo, homologada em 2003, foi também um dos primeiros contratos deste tipo a ser rompido, em 2010. A justificativa foi uma maior agilidade e menos custos para a continuidade dos projetos de expansão do metrô de Londres.

Nos Estados Unidos, centro do imperialismo, foram feitas reestatizações nos mais diferentes estados da Federação. Em Atlanta, a concessão feita em 1999 para a gestão da água, que deveria durar até 2019, foi revogada quatro anos depois, em 2003, dado o altíssimo número de reclamações de falta ou má qualidade da água. Todos estes exemplos colocam em cheque a afirmação que as privatizações, invariavelmente, levarão a uma melhor prestação de serviços à população. No Havaí, na ilha de Kaua, os próprios moradores se adiantaram ao governo e impediram a privatização. Quando o governo anunciou a venda do fornecimento de energia da Ilha, em 2002, os habitantes fundaram uma cooperativa, sem fins lucrativos, chamada Kauai Island Utility Cooperative, que se tornou responsável pela distribuição.

Se as reestatizações estão ocorrendo no primeiro mundo em consequência do baixo desempenho econômico, em países subdesenvolvidos, como o Brasil, a situação será ainda pior. Em entrevista ao portal de notícias Uol, o economista Saul Estrin, pesquisador e professor da universidade britânica The London School of Economic and Political Science, uma das principais escolas de economia

do mundo, afirmou que a privatização não melhora a performance das empresas. Além disso, em países com desigualdade social tão latente, privatizar “significa transferir bens que são públicos, ou seja, que, de certa maneira, pertencem igualmente a todos do país, para as mãos de um grupo pequeno de pessoas que, no geral, já são bem ricas. É uma escolha que faz sentido nas economias desenvolvidas – um pouco mais de desigualdade em troca de um pouco mais de eficiência. Nos países em desenvolvimento, já é uma troca menos atrativa”.

Lutar contra as privatizações

Quando se privatiza empresas públicas, a iniciativa privada não se preocupa com nada que não seja a sua necessidade de ter retornos pelos investimentos feitos. O que “vem” depois, os brasileiros já estão vendo: péssimos serviços da rede de telefonia; estradas que, mesmo cheias de pedágios, continuam não sendo duplicadas ou triplicadas e permanecem produzindo inúmeras mortes. O caso mais sintomático desta política criminosa é o da Vale que, para manter seus lucros exorbitantes, deixou de fazer análises e reparos regulares das barragens, o que tem resultado em rompimento, uma a uma das barragens e a matança de centenas de trabalhadores.

As reestatizações no Primeiro Mundo mostram que as empresas privadas que compram estatais sugam todos os investimentos públicos e quando os serviços já não são lucrativos, ficam caros e sofrem pressão da população, são devolvidos ao Estado. Isto se configura em uma espécie de parasitismo econômico.

Como no centro do imperialismo o processo agora é de reestatização, para as empresas privadas dos grandes burgueses do centro do capital é necessário que se imponha a execução de processos de privatizações no Terceiro Mundo para poderem continuar retirando seus lucros. Para isso, forjam eleições de governos fantoches, como o de Bolsonaro, para implantarem as privatizações, aprofundarem o neocolonialismo e retirar os direitos dos trabalhadores. É necessário que lutemos agora contra as privatizações. Esse processo só será parado com resistência popular, nas ruas, com ocupações e Greve Geral.

Ataque na Arábia Saudita intensifica crise no Oriente Médio



No último dia 14 de setembro, duas instalações da petroleira Aramco, na Arábia Saudita, foram atacadas por drones. De acordo com o comunicado do Ministério de Interior saudita, houve ataques na fábrica de processamento de petróleo em Abqaiq, importante cidade saudita, e no campo de petróleo de Khurais. O ataque foi assumido por rebeldes iemenistas houthis, apoiados pelo Irã, que afirmaram ter mobilizado dez drones para executar os ataques.

Imediatamente, o Secretário de Estado estadunidense, Mike Pompeo, em suas redes sociais, acusou o Irã de ter perpetrado o ataque. Segundo Pompeo: “no meio de convocações para reduzir a tensão, o Irã lançou um ataque sem precedentes contra o fornecimento de energia no mundo. Não há evidências que os ataques tenham partido do Iêmen”. Em resposta, Abbas Mousavi, porta-voz do Ministério do Exterior iraniano, afirmou: “Tais acusações e comentários infrutíferos e cegos são incompreensíveis e sem sentido. Tais comentários parecem mais conspirações de organizações secretas e de inteligência para prejudicar a reputação de um país e criar um quadro para ações futuras”.

De fato, a fala de Mousavi é repleta de sentido. Não seria a primeira vez na história que motivações são criadas para promover guerras pelo mundo afora. No caso atual, especialistas afirmam categoricamente que os houthis agem de forma independente em relação ao Irã, tal qual afirmado pelo pesquisador do Centro de Estudos Árabes e Islâmicos da Academia de Ciências da Rússia, Boris Delgov, em entrevista ao spoutniknews.

Fato é que está havendo uma escalada de conflitos entre Irã e Estados Unidos. Em maio deste ano, o presidente estadunidense, Donald Trump, retirou os Estados Unidos do acordo assinado, em 2015, entre EUA, Irã, China, Rússia, França e Alemanha. Este tratado permitia ao Irã prosseguir com pesquisas nucleares para fins comerciais, médicos e industriais sem que o País sofresse sanções internacionais, desde que não violasse os padrões internacionais de não proliferação de armas atômicas. Em resposta, o presidente iraniano, Hassan Rohani, anunciou, em 17 de junho de 2019, que seu país tem a intenção de enriquecer urânio a um grau acima do limite estipulado pelo acordo, que era de 3,67%. Além disso, os países imperialistas interceptaram um petroleiro iraniano na Inglaterra e impediram que outro petroleiro, partindo do Irã, abastecesse no Brasil. Em represaria, Irã interceptou três navios estrangeiros no Golfo Pérsico sob a alegação destes navios não respeitarem o código marítimo internacional.

Crise repercute

Irã e Arábia Saudita competem pelo domínio político-econômico regional há décadas, passando pela divergência dentro da própria lógica religiosa muçulmana, em que o Irã é majoritariamente da corrente xiita e a Arábia Saudita sunita, chegando aos eventos conhecidos como Primavera Árabe, em que, com uma série de revoltas no mundo árabe, Irã e Arábia Saudita procuraram expandir sua influência, principalmente na Síria, Bahrein e no Iêmen.

Em plano global, a Arábia Saudita recebe apoio direto dos Estados Unidos, intensificado após Donald Trump assumir o poder, enquanto o Irã recebe apoio da Rússia e China. Trata-se, portanto, de um tabuleiro onde jogam praticamente todas as forças políticas internacionais.

Ainda mais direto do que havia sido Mike Pompeo, o senador republicano estadunidense, Lindsey Graham, defendeu que os EUA agissem militarmente contra o Irã de maneira imediata. Em suas redes sociais, o senador declarou: “agora é hora dos EUA colocarem sobre a mesa um ataque às refinarias de petróleo iranianas, se continuarem as provocações ou aumentarem o enriquecimento nuclear”. Trump, pelo twitter, afirmou que há motivos para se crer que a culpa do ataque é do Irã e que os Estados Unidos estariam prontos para atacar, dependendo da verificação.

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia, por sua vez, afirmou, em comunicado oficial, que acreditava ser “contraproducente usar o que aconteceu para aumentar as tensões em torno do Irã, de acordo com a conhecida política dos Estados Unidos. Propostas de ações retaliatórias difíceis, que parecem ter sido discutidas em Washington, são ainda mais inaceitáveis”.

Nova crise do petróleo?

A maior parte do petróleo consumido no mundo é proveniente do Oriente Médio. Um terço do que transita por vias marítimas no mundo passam pelo Estreito de Ormuz, território iraniano no Golfo Pérsico. Por isso, é normal se imaginar que um conflito na

região iria trazer consequências econômicas imediatas.

No último dia 16 de novembro, na primeira segunda-feira após os ataques, os contratos futuros do petróleo Brent, um valor de referência internacional, fecharam a US\$ 69,02 por barril, um aumento de US\$ 8,80 ou 14,61%, maior ganho percentual desde 1988. As projeções dos valores de petróleo nos Estados Unidos encerraram com essa sessão em US\$ 62,90 o barril, em alta de 14,68%, maior aumento diário desde dezembro de 2008. Para contornar a situação, Trump autorizou o uso dos estoques de emergência dos Estados Unidos para assegurar a estabilidade de suprimento de petróleo.

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) ainda não tomou nenhuma medida. Segundo o Ministro da Energia dos Emirados Árabes Unidos, Suhail al-Mazrouei, em entrevista à Reuters, ainda há “capacidade de reposição. Existem volumes que podemos liberar como uma reação instantânea. Se a Arábia Saudita convocar uma reunião de emergência da OPEP, vamos lidar com isso”.

As incertezas políticas com relação ao petróleo chegarão ao Brasil. Segundo o ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo, Helder Queiroz, em entrevista veiculada pelo G1, mantida a política de alinhamento de preços dos combustíveis à flutuação do petróleo e dos derivados lá fora, “a tendência é que haja aqui internamente um aumento do preço da gasolina e do diesel, e isso pode gerar algum tipo de tensão interna como a gente já viu no passado, além de impacto inflacionário”.

Fato é que o capitalismo precisa, neste momento, de uma guerra de largas proporções que destrua grande parte da produção. Uma nova crise do petróleo, tal como as ocorridas nas décadas de 70 e 80, poderia ser mais uma justificativa econômica para deflagração desta guerra. Se não houver recuos, os Estados Unidos, junto a sua aliada Arábia Saudita, entrará em guerra contra o Irã, destruindo o Oriente Médio com participação direta de outras potências. No capitalismo é assim. Não importam as vidas, a destruição do mundo, desde que se mantenha lucros de uma casta de parasitas.

Saga de Bolsonaro contra os direitos dos trabalhadores



O governo Bolsonaro não só está dando sequência, como vem aprofundando a política de retirada de uma série de direitos, decorrência da Reforma Trabalhista feita pelo governo Temer, cuja principal promessa era a ampliação da oferta de empregos e o crescimento da economia, coisas que não ocorreram. O objetivo maior é favorecer a superexploração da população.

Para pôr em prática seu plano, o governo constituiu um grupo de trabalho com os “homens da capa preta” do primeiro, segundo e terceiro grau de jurisdição (Vara do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho), instalado no último dia 30 de agosto. Este Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET) terá o papel de reduzir brechas e questionamentos legais nas mudanças da legislação trabalhista. Em outras palavras: facilitar a aprovação de medidas que retiram direitos, tanto as que não foram aprovadas em governos anteriores, mas que já estavam em pauta, quanto as novas medidas defendidas pelo governo Bolsonaro. O grupo será coordenado pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra, que também teve papel fundamental na primeira Reforma Trabalhista (de Temer). O objetivo desta vez é alterar normas de segurança e saúde no trabalho, além de avançar na redução de direitos que a administração Temer não conseguiu impor. O GAET terá 60 dias para apresentar propostas. A Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), também conhecida como minirreforma trabalhista, sancionada por Bolsonaro no último dia 20 de setembro, foi o início da revisão de regras. Contudo, vários pontos desta medida foram retirados de pauta por risco de questionamento judicial.

A Reforma de Temer retirou mais de 100 direitos; a MP 881/2019 está retirando outros tantos e a nova Reforma Trabalhista avançará ainda mais no propósito de aumentar a exploração e a insegurança para os trabalhadores brasileiros. E tem mais: os direitos que forem preservados não estarão garantidos, pois, ao enfraquecer o poder da fiscalização, ao ponto de quase acabar com ele, e dificultar a cobrança de direitos na Justiça do Trabalho, haverá mais impunidade e maior desrespeito ao que sobrar da antiga CLT.

De forma paralela, temos as discussões da Reforma da Previdência, outra mudança que, se aprovada, retirará dos trabalhadores brasileiros um universo de direitos. O GAET se debruçará sobre o aprofundamento desses ataques. As articulações políticas que estão sendo feitas apontam para mudanças em conteúdos importantes como, por exemplo:

1. Trabalho aos domingos, sem pagamento em dobro;
2. Trabalhadores rurais ficarão sem folgas em época de safra;
3. Contratos acima de 30 salários mínimos poderão perder férias de 30 dias e outras garantias da CLT;
4. Fiscal impedido de multar na primeira visita;
5. Após multa, empregador poderá recorrer sem pagar e terá julgamento final não técnico;
6. Obstáculos políticos para a inclusão de empresas na 'lista suja' do trabalho escravo;
7. Maior dificuldade para receber indenização na Justiça;
8. Ministério Público do Trabalho (MPT) terá dificuldades para firmar acordos;
9. Fiscais não poderão interditar locais insalubres ou perigosos.

Plano do governo é enfraquecer os sindicatos

Entre as regras que serão estudadas pelo grupo de juristas

coordenados por Ives Gandra está o fim da unicidade sindical, que permitia apenas um sindicato por categoria por município, região, estado ou país. O grupo também vai debater o formato das negociações coletivas e do registro sindical. Para o professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo, Ruy Braga, trata-se de uma medida que levará a o “empreendedorismo sindical” – um projeto que visa enfraquecer a representação dos trabalhadores. Para Braga, as iniciativas do governo vêm no sentido de uma “desregulação radical” do sindicalismo.

Destruição do acesso à Justiça

Um dos efeitos da Reforma Trabalhista foi a redução significativa no número de ações ajuizadas na Justiça do Trabalho, uma queda de 34,2%. Entre 2017 e 2018, 2,6 milhões de ações foram ajuizadas. Após a Reforma Trabalhista, este montante caiu para 1,7 milhões. A diminuição das reclamações trabalhistas se deu por uma imposição de custos processuais ao trabalhador, que acaba sendo um expediente para inviabilizar o acesso deste à Justiça.

Aliás, a propaganda do governo para destruir o acesso à Justiça foi intensa. Numa das afirmativas, alegava-se que os trabalhadores buscavam direitos que não eram devidos, quando a grande maioria das reclamações diz respeito às verbas rescisórias não pagas. Ou seja, os trabalhadores convivem com o desrespeito reiterado da legislação e de convenções e Acordos Coletivos. O argumento que as reclamações trabalhistas eram “maquiadas”, ou mesmo falsas, revela a realidade de manipulação que é a marca do governo Bolsonaro. A extrema-direita vem batendo na tecla que a legislação trabalhista dificultaria o surgimento de novos negócios e a geração de empregos. O ministro da economia, Paulo Guedes, chegou a chamar a CLT de “fascista”.

A capacidade do governo de reduzir direitos trabalhistas é limitada pela Constituição, que não pode ser alterada por votação simples pelo Congresso. Este é o caso das férias, 13º

salário, jornada de oito horas e pagamento de hora extra com acréscimo de 50%. A demora na aprovação da Reforma da Previdência é exemplo cabal dessa dificuldade.

Para atacar direitos com maior rapidez, o plano da equipe de Bolsonaro é enfraquecer a fiscalização e reduzir o acesso dos trabalhadores à Justiça, o que acaba por cumprir, indiretamente, o objetivo de desregular o mercado de trabalho.

O efeito geral da Reforma Trabalhista já aprovada, somado àquela que ainda se pretende fazer, é desastroso, do ponto de vista da inserção humana e de cidadania da classe trabalhadora. E é desastroso também no aspecto econômico, porque quanto mais se reduz a capacidade dos trabalhadores de consumirem o que produzem, menor é a capacidade do país em termos de possibilidades econômicas de arrecadação e, conseqüentemente, de desenvolvimento.

Enquanto o governo busca a todo o custo reduzir direitos dos trabalhadores de uma forma ampla, geral e irrestrita, entidades do mundo jurídico se organizam para apresentar propostas de garantia de maior proteção social, entendendo que é preciso produzir saídas técnicas e teóricas para enfrentar os ataques dentro do que resta da democracia burguesa em crise. Neste sentido, aos moldes do governo, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criou a Comissão de Altos Estudos do Direito do Trabalho, com objetivo de apresentar propostas de projetos de lei ao Congresso Nacional.

Todavia, qualquer resistência institucional, como essa da OAB, só fará sentido se somar-se à organização dos trabalhadores de todas as categorias contra a opressão do sistema capitalista em crise. Somente a organização e mobilização dos trabalhadores, de forma unificada e solidária, terá a capacidade de reverter este quadro nefasto de ataques aos direitos trabalhistas. Por isso, é necessário defender os sindicatos como ferramentas criadas pelos trabalhadores para exigir a aplicação das leis e das regras construídas nas democracias burguesas, mantendo-os sob pressão das lutas revolucionárias.

XVI Eneja: é tempo de resistência!



Foi realizado, entre os dias 18 e 22 de setembro de 2019, na cidade de Belo Horizonte (MG), o XVI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), nomeado pelos participantes de “ENEJA da Resistência”, em virtude dos duros ataques que esta modalidade da educação básica vem sofrendo dos governos de direita. Tanto é assim que o Encontro não recebeu nenhuma verba ou incentivo do poder público, sendo realizado e financiando pelos participantes, com o apoio de sindicatos e movimentos sociais. hh

Com 22 eixos de discussão, o

ENEJA possibilitou aos participantes (educandos, educadores e representantes de movimentos sociais e sindicais) pensar a EJA (Educação de Jovens e Adultos) sob diferentes perspectivas com o financiamento, gestão, formação de professores, religiosidade, povos tradicionais, relações étnico-raciais, gênero, orientação sexual, dentre outros. Participaram do ENEJA delegações de 23 estados brasileiros. O Encontro contou, ainda, com atividades culturais que valorizaram e deram visibilidade aos educandos.

O Encontro foi marcado pelas

denúncias do descaso do poder público com a EJA e seus sujeitos, em âmbito municipal, estadual e nacional e a precarização da modalidade. É o caso da política privatista do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO), que, em abril deste ano, anunciou o fechamento de 70% das escolas que ofertavam ensino em tempo integral. Meses depois, em agosto, anunciou nova medida perniciosa à educação básica pública: a fusão de turmas em 225 escolas da rede estadual.

A Luta Pelo Socialismo (LPS) se fez presente na atividade, reafirmando seu compromisso com a educação, em especial com a luta pela ampliação das políticas de EJA como direito da classe trabalhadora, e pelo fortalecimento das lutas pela educação, que é direito fundamental da classe trabalhadora. Além disso, a LPS buscou fazer o debate sobre as relações étnico-raciais. Como encaminhamento, foi proposto construir uma proposta de articulação da EJA com o enfrentamento ao genocídio da juventude negra. A reestruturação do Portal do Fóruns EJA do Brasil, coordenado por militantes da LPS, possibilitou ainda ampliar o debate sobre a importância das mídias alternativas como

estratégia de organização da luta de forma articulada com os Fóruns Estaduais, ampliação dos espaços de denúncia das barbaridades que estão sendo realizadas por governos estaduais e o governo federal.

Ao fim do Encontro, além das leituras de moções de repúdio, aprovação de propostas para todos os eixos, a serem executadas a nível nacional, estadual e municipal, os participantes deliberam que o próximo ENEJA ocorrerá em Florianópolis. Assim, o fortalecimento dos Fóruns existentes e a criação de novos fóruns, de modo a garantir ampla participação dos sujeitos da EJA, é tarefa fundamental no próximo período.

O XVI ENEJA configurou-se como um espaço de luta, denúncia, proposição, articulação, retomada e reafirmação das ideias de Paulo Freire e da pedagogia popular. Num momento em que o ataque contra a educação pública é uma das principais táticas do governo em âmbito federal e em vários estados, é imperativo que educandos, educadores e toda a sociedade civil se organizem para defendê-la. A educação pública, sobretudo a EJA, é um direito histórico conquistado pela classe trabalhadora.

Projeto autoritário neoliberal do governo Zema para a educação

O novo governador do estado de Minas Gerais, braço aliado do fascista Bolsonaro, Romeu Zema (NOVO/MG), segue seu projeto neoliberal privatista em todos os setores, incluindo a educação. Zema não está repassando a porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) do estado para as escolas, conforme determina a na Constituição. Somente cerca de 25% do total foi injetado na área para infraestrutura, pessoal e materiais. Além da falta de repasses, o governo está tentando impor às escolas um projeto de reforma parecido com o almejado, em 2016, pelo governo de São Paulo, encabeçado por Geraldo Alckmin (PSDB). No caso paulista, o pacote determinada o fechamento de escolas e a redistribuição dos alunos, superlotando salas e despedindo

trabalhadores das escolas. Tal projeto foi derrotado graças à organização e enfrentamento dos estudantes secundaristas, que realizaram uma série de grandes ocupações nas escolas. Em Minas, tais diretrizes não vêm como pacote, mas a conta gotas. O governo e a Secretaria de Educação, estão recomendando às escolas que encerrem a matrícula de alunos infrequentes que, pelos mais diferentes motivos, têm número elevado de faltas. Isso faz parte do ataque promovido por Zema, pois ao desmatar alunos, as turmas ficam menores e se justifica a sua fusão. Na prática, ao fechar turmas, os trabalhadores só tendem a perder, pois o ensino aos estudantes será ainda mais precário com turmas superlotadas. No caso dos funcionários das cantinas,

secretaria e limpeza (setores que há anos não realizam concurso), o que está previsto com o fechamento de escolas é a demissão. Os professores contratados também são eles frágeis nestas disputas.

É preciso chamar a atenção, pois este projeto já está sendo colocado em prática. No Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG), por exemplo, foram fechadas 14 turmas “de um dia para o outro”. A medida ainda atingirá mais 200 escolas. Além do ensino regular, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), vem sendo atacada tanto pelo governo federal quanto pelo governo do estado. No começo deste semestre letivo, diversas escolas foram impossibilitadas de abrir turmas da EJA, mesmo com a demanda crescente pelo ingresso nas escolas.

Temos que estar comprometidos com a luta diária dos profissionais da educação e com a educação, que é um direito e necessidade de todos os trabalhadores, um dos pilares da emancipação da sociedade. A educação de operária feita por e para trabalhadores é necessária. Para isso, é de extrema urgência combater o projeto autoritário e neoliberal de Zema para frear o avanço da política de privatização do Estado, da Educação básica à universitária, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), dentre outros. Somente a luta aguerrida, de trabalhadores revolucionários, destruirá o regime capitalista e suas formas: Zema e Bolsonaro.

Caso Agatha: o assassinato de mais uma criança periférica



Ágatha Vitória Sales Felix, uma menina de oito anos de idade, voltava de um passeio com a mãe, na noite do último dia 20 de setembro, quando foi assassinada, atingida por um tiro nas costas dentro da Kombi que as transportava. O crime ocorreu na região conhecida como Fazendinha, no complexo do Alemão, Rio de Janeiro.

De acordo com os relatos, o motorista da Kombi havia estacionado para o desembarque de passageiros quando policiais atiraram contra dois motociclistas que passaram em alta velocidade. Segundo populares, não havia confronto entre policiais e bandidos no momento. A Polícia Militar, por sua vez, afirma que policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foram atacados e que, por isso, reagiram aos disparos.

Ágatha foi a 16ª criança atingida por armas de fogo nas favelas do Rio de Janeiro e a quinta criança morta em operações policiais durante o ano de 2019. De acordo com o relatório do Fogo Cruzado, outras 15 crianças foram baleadas no mesmo período. O levantamento cita, entre os baleados, uma criança de um ano de idade e outra de três anos. 12 casos envolveram crianças entre oito e 12 anos, além de duas grávidas, atingidas na barriga. Os mortos foram: Jenifer Silene Gomes, de 11 anos; Kauã Vitor Nunes Rosário, de 11 anos; Kauan Peixoto, de 12 anos e Kauê dos Santos, também de 12 anos. Segundo a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ), nenhum dos casos foi esclarecido.

Os “episódios” são exemplos do

genocídio cometido pelo aparelho repressor do Estado, a Polícia, contra o povo preto, pobre e periférico. Ainda segundo o relatório Fogo Cruzado, foram notificados 517 casos relacionados às ações policiais, apenas neste ano, onde houve mortos ou feridos.

Pacote anticrime de Moro e excessos policiais

O caso reabre o debate sobre o pacote anticrime do ministro da Justiça, Sérgio Moro. O pacote que prevê o abrandamento das punições para policiais que cometam “excessos” no combate ao crime, como poderia ter sido o caso de Ágatha. O chamado “excludente de ilicitude” propõe que policiais que matam em serviço tenham suas penas reduzidas à metade ou até mesmo extintas em caso de “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”, sem definir o que seriam essas condições. O texto segue em discussão no Congresso Nacional, sendo defendido pelo ministro e pela bancada favorável ao atual governo.

Além disso, o estado do Rio de Janeiro enfrenta um momento temerário. A política de segurança pública de Wilson Witzel (PSC) tem causado o aumento no número de mortes decorrentes de ações policiais. Apesar da redução de homicídios, os óbitos por intervenções de agentes públicos

aumentaram de 1.075, de janeiro a agosto de 2018, para 1.249 em comparação com o mesmo período de 2019. Witzel defendeu, em declarações, o “abate” de criminosos portando armas, independente de haver reação.

O governador do Rio de Janeiro criou uma política de massacre e extermínio da população das periferias que, somada ao pacote anticrime, visa punir com a morte uma parcela da população e saudar como herói o aparelho repressor que promove o massacre nas periferias e que trata como bandido o povo negro, atirando primeiro e perguntando depois.

A morte de Ágatha e das outras crianças não foram solucionadas até o fechamento desta notícia. Essas mortes são “efeitos colaterais” da repressão inerente ao Estado burguês, não interessa se mais um preto, mais um pobre, ou mais um morador da periferia de qualquer cidade morrer em uma ação policial. A preservação da juventude negra é um ponto que deve ser defendido por toda a classe trabalhadora em luta contra a burguesia. Enquanto houver uma classe burguesa que oprime e mata a população negra, seja de tanto trabalhar em empregos precários, ou por um tiro de um fuzil do Exército ou da Polícia, situações como essa, infelizmente, serão comuns. Afinal, não escorre sangue nobre, pois “bala perdida só encontra pobre”.

“Marighella”: filme de guerrilheiro negro é censurado pelo governo

O longa-metragem inspirado na vida do guerrilheiro Marighella, dirigido por Wagner Moura e estrelado por Seu Jorge, teve sua estreia cancelada no Brasil. “Marighella” sofreu pressões dentro da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) num momento em que o governo entreguista de Jair Bolsonaro tenta não só censurar e controlar o audiovisual brasileiro, com críticas explícitas às produções culturais que o desagradem, como também retirar verbas destinadas à área, cogitando até mesmo o fim da Agência.

O filme foi exibido no Festival de Berlim, em fevereiro deste ano, sob aclamação da crítica e do

público. Com cerca de 2h40 de duração, o longa foi inspirado pela obra “Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo”, de Mário Magalhães. O livro conta a história do militante durante os últimos cinco anos de sua vida, do início da Ditadura Militar, em 1964, até o seu assassinato, promovido pelo aparelho repressor do Estado, em 1969.

Autor do livro que deu origem ao filme, Mário Magalhães, em entrevista ao site Fórum, afirmou: “Nos tempos da Ditadura parida, em 1964, da qual Jair Bolsonaro tem tanta saudade, as artes e a cultura também foram alvejadas. Para

censurar, não é preciso declarar de modo escancarado, à maneira do prefeito Marcelo Crivella, na Bienal do Livro do Rio. É possível asfixiar financeiramente o cinema e o audiovisual. Na forma, alegam-se pormenores burocráticos. O conteúdo, seletivo, é de censura da arte”.

Carlos Marighella nasceu na Bahia em uma família humilde, filho de um emigrante italiano e de uma negra, filha de escravos. Foi militante político, deputado federal, escritor e cofundador da Ação Libertadora Nacional, organização de caráter revolucionário que, juntamente com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro

(MR-8), foi responsável pelo sequestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick. Marighella foi preso várias vezes e torturado, sendo executado durante uma emboscada.

A censura promovida pelo atual governo, saudosista do período da Ditadura, não é diferente daquela que foi vivida nos anos de chumbo no Brasil. A obra “Marighella” não é apenas um filme, mas uma afronta à elite, pois mostra o grito de luta e a resistência de um negro pobre, militante comunista e guerrilheiro, que lutou pela liberdade contra um regime autoritário de extrema-direita e foi morto por isso.

Extrema-direita no poder: uma mulher agredida a cada 4 minutos

De acordo com um levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo, usando como base os dados do Ministério da Saúde, no Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida por um homem e sobrevive. Em 2018, foram registrados mais de 145 mil casos de violência – física, sexual, psicológica e de outros tipos – em que as vítimas sobreviveram. Esses dados foram extraídos do Sinan (Sistema de Informações de Agravos de Notificação), por meio da análise de 1,4 milhão de notificações recebidas de 2014 a 2018.

Ainda segundo os dados do Ministério da Saúde, Cerca de 66% das agressões às mulheres são cometidas por homens. Em quase todos os casos de violência, o agressor é uma pessoa próxima – pai, padrasto, irmão, filho e, principalmente, o ex ou atual marido ou namorado, sendo o sentimento de posse sobre a vida e as escolhas daquela mulher o maior motivador das agressões.h

A publicação do Atlas da Violência deste ano revela outro dado assustador: a taxa de homicídio de mulheres aumentou acima da média nacional, em 2017 – 4.936 mulheres foram vítimas de homicídio no País. Em 28,5% dos casos, as mortes foram dentro de casa, o que é relacionado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) como possíveis casos de feminicídio e violência doméstica.

Ainda de acordo com o IPEA, os registros de violência sexual tiveram aumento de 53% no mesmo período. Nesse tipo de agressão, de cada 10 vítimas, sete são crianças e adolescentes. No caso das agressões físicas, as vítimas preferenciais são mulheres com idade entre 20 a 39 anos, que correspondem a 55% dos casos. Estupros coletivos contra mulheres também foram recorde, chegando a 3.837, em 2018.

Minas Gerais

Na próxima hora, 16 mulheres serão vítimas de violência doméstica em Minas Gerais. Os dados são da Polícia Civil e mostram que, somente nos seis primeiros meses deste ano, 405 mulheres foram agredidas por dia no estado, resultando em 73.457 mulheres vítimas de violência motivada por gênero. Os dados de sistemas de



segurança, alimentado pelas polícias, tendem a estar muito abaixo da realidade, uma vez que nem todas as mulheres denunciam formalmente seus agressores.

Entre os principais motivos para as vítimas não denunciarem estão o medo de as ameaças se concretizarem, de a situação piorar, de perder a guarda dos filhos e, até mesmo, de passar por dificuldades financeiras, em virtude da dependência econômica de seus agressores. Outro fator é a questão psicológica: a diferença entre denunciar um desconhecido que furtou um celular, por exemplo, e “entregar” o pai do seu filho, alguém que ainda se nutre afeto. Além disso, temos a cultura machista de culpabilização da vítima. Muitas mulheres acabam ficando com receio de serem “desacreditadas” e não receberem atenção ao denunciarem.

No primeiro semestre de 2019, 64 mulheres morreram nas mãos de seus companheiros, em Minas Gerais, e outras 104 escaparam por pouco da morte. No último dia 14 de julho, um feminicídio ocorreu em Lavras, no Sul de Minas, ganhou destaque. Irene Aparecida Borges, de 52 anos, foi assassinada pelo marido com golpes de um banco de madeira pelo simples fato de não aceitar que ela sustentasse a casa sozinha, já que ele estava desempregado há pouco tempo. Este crime brutal foi cometido na residência do casal. Eles estavam juntos há 17 anos.

Este caso de violência é uma demonstração da delimitação das relações de poder que permeiam a violência de gênero e aponta para a chamada “masculinidade tóxica”, que nada

mais é do que o machismo estrutural da sociedade capitalista, que envolve estes crimes.

Fenômeno de extrema gravidade

A violência doméstica é uma ocorrência extremamente grave, que impede o total desenvolvimento social e que ameaça mais da metade da população do País, uma vez que 51,7% da população brasileira são mulheres, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2018. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a violência contra a mulher “é qualquer conduta – ação ou omissão – de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados”.

Já feminicídio é uma expressão que estabelece o homicídio de mulheres como crime hediondo quando inclui menosprezo ou discriminação à condição de mulher e violência doméstica e familiar. Trata-se de um crime de ódio. Essa forma de assassinato não consiste em um evento isolado ou inesperado, pelo contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Abrange uma série de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e inúmeras formas de mutilação e

de barbárie.

Os dados estarrecedores indicam que a violência contra a mulher perdura como a mais cruel e indiscutível manifestação da desigualdade de gênero no Brasil. Com o avanço da extrema-direita, que, no Brasil, culminou, entre outras coisas, na eleição de Jair Bolsonaro, temos visto a sociedade cada vez mais entregue à hipocrisia política daqueles que estimulam a violência contra os setores mais oprimidos e marginalizados da sociedade, com destaque para mulheres, negros, LGBTQI+ . A violência compõe um cotidiano desumano sustentado por um Estado que não propõe políticas públicas sérias de combate à violência, medidas que garantiriam melhores condições de vida e mesmo de sobrevivência das mulheres e meninas, inclusive dentro de suas próprias casas. Isso porque a sociedade capitalista não é capaz de resolver os problemas mais elementares, dar o mínimo de segurança e direitos democráticos.

Agindo sob diferentes formas e intensidades, a violência contra as mulheres é recorrente no mundo inteiro, motivando crimes bárbaros e graves violações de direitos humanos. O machismo estrutural, uma condição da sociedade capitalista, banaliza e estimula falas culpabilizando a vítima pela violência sofrida e minimizando a gravidade da questão, tais como: “O que a senhora fez para ele te bater?”; “Por que você não denunciou da primeira vez que ele bateu?”; “Por que ela não se separa dele?”; “Ela provocou”; “É mulher de malandro, eles se merecem”; “Quando descobriu que ela tinha um amante, ele perdeu a cabeça”; “Ficou desesperado pelo amor não correspondido e acabou fazendo uma loucura” etc.

Não podemos ter dúvidas: a emancipação das mulheres jamais poderá ser alcançada no capitalista, um sistema que tem a opressão do homem pelo homem na sua base e que necessita da violência e do abuso das mulheres como condição para sua manutenção. As mulheres devem ampliar suas formas de organização, de denúncias e de luta. A questão das mulheres deve, também, andar lado a lado com a luta pela libertação de toda a sociedade.

Entrega da soberania nacional sobre a Amazônia para o imperialismo norte-americano



As controvérsias que rondam o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro não param de ser pautas na imprensa e nas redes sociais, tanto nacional como internacionalmente. Depois de tentar inflar a sociedade brasileira contra o apoio definido pelos países que compõem o G7, de realização de ações de proteção à Amazônia, o Governo Federal abre as portas da Amazônia para a exploração do governo norte-americano.

O acordo firmado pelas equipes de Bolsonaro e de Trump visa promover o desenvolvimento do setor privado na Amazônia. A promessa prevista é pela criação de um fundo de conservação da biodiversidade no valor de US\$ 100 milhões para a Amazônia, liderado pelo setor privado. O que não está explicado é quais serão as garantias e direitos que o setor privado terá sobre o controle da biodiversidade brasileira na Amazônia, se é a exploração, a realização de pesquisas de interesses das empresas privadas norte-americanas etc. O fato é que ninguém, principalmente os imperialistas, “doa” US\$ 100 milhões sem pedir nada em troca. Nas palavras do ministro das Relações Exteriores do governo Bolsonaro, Ernesto Araújo, a única forma de proteger a floresta seria abrir para o desenvolvimento econômico. Em outras palavras: privatizar. Tal afirmação é, no mínimo, contraditória e falsa, pois sabemos que os interesses econômicos têm a sua máxima na exploração em nome do lucro. Não está em questão a preocupação com a preservação, seja do ambiente ou das pessoas. Os interesses econômicos privados visam o lucro a qualquer custo e, para obtê-lo, são capazes das maiores atrocidades,

inclusive atear fogo nas matas, assassinar pessoas e bichos.

Disputa imperialistas

Os debates sobre a proteção da Amazônia é um tema controverso. Defendida como patrimônio da humanidade, muitas vezes essa afirmação é usada para desqualificar as condições do Brasil em preservar esse bem. Tal campanha abre espaço para os interesses de países capitalistas que querem explorar a riqueza que existe em toda a floresta amazônica.

Entretanto, do outro lado, o que se tem assistido nestes nove meses de governo da extrema-direita é uma política de freio, se não inviabilização, ao combate ao desmatamento ilegal. Bolsonaro tem incentivado, com afinco, o desmonte das instituições públicas de fiscalização como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o avanço de interesses particulares de grandes fazendeiros da região, que visam derrubar a floresta para plantar soja e criar gado. O aumento excessivo das queimadas ilegais, realizadas por fazendeiros, acontece de forma premeditada e orquestrada. Esses fazendeiros instituíram o “dia do fogo”, quando se organizou, por grupos de WhatsApp, a queimada de árvores como forma de demonstrar apoio às posições assumidas pelo presidente.

Bolsonaro e o seu vice, por sua vez, acusam índios e Organizações Não Governamentais (ONGs) de proteção ambiental pela realização das queimadas. O jogo de poder usado pelo governo tenta desconstruir toda a rede de proteção à Amazônia, tanto do

ponto de vista legal, de fiscalização, como de desqualificação dos povos amazônicos do seu compromisso com a proteção ambiental. Trata-se de uma política, com motivações materiais, não apenas um “discurso vazio” e “sem sentido”, como muitos tentam indicar.

Essa estratégia é mais uma dentre tantas que vem sendo assumida neste governo – representa a aplicação da receita ultra neoliberal de desclassificar, fragmentar e fragilizar para privatizar. Ao flexibilizar e desmontar as instituições de fiscalização, ao desqualificar os povos que protegem a Amazônia, ao tentar desmoralizar organizações sociais que lutam pela defesa ambiental etc., o governo abre um amplo caminho para buscar aliados que consigam “garantir” a “proteção ambiental para a Amazônia”, entregando-a ao imperialismo, neste caso, o norte-americano.

Como parte das disputas, os demais países imperialistas disparam fortes críticas contra o governo brasileiro, chegando, inclusive, a ameaçar o Brasil com a suspensão de negócios. Exemplo disso foi a provocação feita pela Finlândia a outros países da União Europeia para suspender a compra de carne e soja de origem brasileira, caso o governo não aponte ações claras de diminuição das queimadas na Amazônia.

Os congressistas democratas americanos também começaram a pressionar: anunciaram que pretendem criar dificuldades para a aprovação do tratado de livre comércio entre Brasil e Estados Unidos como forma de pressionar o governo brasileiro para atuar de forma mais incisiva

na diminuição das queimadas. O Projeto é do deputado democrata Peter DeFazio, do Oregon, e consiste na criação de uma nova lei, chamada Ato para a Amazônia, para forçar o Brasil a combater os incêndios na floresta.

Segundo palavras do Presidente americano, Donald Trump, as relações comerciais entre Brasil e USA estão mais fortes do que nunca, se dispoño a doar “toda ajuda” necessária à preservação da Amazônia. Entende-se como ajuda necessária a entrada de capital privado americano para ações econômicas na Amazônia.

Resistir à subserviência

Enquanto o governo brasileiro arrota uma falsa defesa à soberania nacional (em “defesa” da Amazônia), constroem acordos econômicos com os imperialistas americanos para explorar a floresta. Uma conta que não fecha. O interesse do capital é pela exploração da natureza e seus bens, visando extrair o máximo de lucro possível, ação incompatível com a situação que é necessária neste momento.

O que estamos vendo é que o governo brasileiro irá colocar a nossa soberania sobre a Amazônia nas mãos dos mais gananciosos exploradores da natureza e dos povos. Seguindo o conto popular, “vão colocar raposa para cuidar das galinhas”. O resultado será ainda mais trágico para os povos, para a floresta e para os brasileiros, que terão mais um de seus maiores bens controlados pelos imperialistas norte-americanos. É preciso organizar a resistência e frear os interesses gananciosos do imperialismo sobre o patrimônio ambiental brasileiro.

O podre sistema capitalista



Um dos principais livros do revolucionário russo Vladimir Ilitch Lênin é “O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”. Este livro impressiona, sobretudo pela sua atualidade. As definições da concentração da produção em monopólios, o papel destacado do capital financeiro, da partilha do mundo entre os grandes capitalistas e as grandes potências, são completamente aplicadas à nossa realidade atual, em que países e capitalistas rentistas exploram econômica e politicamente o Terceiro mundo. Além disso, no século XXI, a concentração econômica em grandes monopólios atingiu o patamar em que pouco mais de uma centena de famílias detêm a maior parte da produção mundial.

Foi neste livro, em seu capítulo VIII “O Parasitismo e a Decomposição do Capitalismo”, em que Lênin teorizou mais abertamente a putrefação do sistema capitalista: “a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo e que se encontra no ambiente geral do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Mas, não obstante, como todo monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam, ainda que temporariamente, preços monopolistas, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o

progresso técnico”.

Continuando o argumento, Lênin afirma: “o imperialismo é uma imensa acumulação num pequeno número de países de capital-dinheiro [...] A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos rentistas e a produção, imprime urna marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar”.

Isso significa nada menos que, com a exportação de capitais, um país desenvolvido explora um subdesenvolvido. É o clássico caso dos Estados Unidos com o Brasil e com a América Latina como um todo. Nas palavras de Lênin, “a noção de “Estado-rentista” (Rentnerstaat), ou Estado usurário, está a tornar-se de uso geral nas publicações e c o n ô m i c a s s o b r e o imperialismo. O mundo ficou dividido num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores”.

Efeitos do imperialismo na classe trabalhadora

Continuando sua argumentação, Lênin afirma: “o Estado-rentista é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição, e esta circunstância não pode deixar de se refletir, tanto em todas as condições políticas e sociais dos países respectivos em geral, como nas duas tendências fundamentais do movimento operário em particular”. Isso porque “os oportunistas, de momento vencedores na maioria dos países “trabalham” de uma maneira sistemática e firme na direção de concordar com o Estado imperialista. O

imperialismo, que significa a partilha do mundo e a exploração não apenas da China, e implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o”.

“O investigador burguês do “imperialismo britânico dos princípios do século XX” ao falar da classe operária inglesa, vê-se obrigado a estabelecer sistematicamente uma diferença entre as “camadas superiores” dos operários e a “camada inferior, proletária propriamente dita”. A camada superior constitui a massa dos membros das cooperativas e dos sindicatos, das sociedades desportivas e das numerosas seitas religiosas. O direito eleitoral encontra-se adaptado ao nível dessa categoria, “continua a ser na Inglaterra suficientemente limitado para excluir a camada inferior proletária propriamente dita”! Para dar uma ideia favorável da situação da classe operária inglesa, fala-se em geral só dessa camada superior, a qual constitui a minoria do proletariado”.

Lênin chama a atenção para as particularidades da Inglaterra neste processo, advinda das suas particularidades históricas: “a tendência do imperialismo para dividir os operários e para acentuar o oportunismo entre eles, para provocar uma decomposição temporária do movimento operário, se manifestou muito antes dos fins do século XIX e princípios do século XX. Isto explica-se porque desde meados do século passado existiam em Inglaterra dois importantes; traços distintivos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio no mercado mundial”.

De maneira didática, Lênin assim resumiu o processo que ocorreu na Inglaterra: “1) a exploração do mundo inteiro pela Inglaterra; 2) o seu monopólio sobre o mercado mundial; 3) o seu monopólio colonial. A s c o n s e q u ê n c i a s : 1) aburguesamento de uma parte do proletariado inglês; 2) uma parte dele permite que a dirijam pessoas compradas pela burguesia ou, pelo menos, pagas por ela”.

Conclusões

Para Lênin, “o imperialismo de princípios do século XX completou a partilha do mundo

entre um punhado de Estados, cada um dos quais explora atualmente (no sentido da obtenção de superlucros) uma parte do mundo inteiro, um pouco menor do que aquela que a Inglaterra explorava em 1858; cada um deles ocupa uma posição de monopólio no mercado mundial graças aos trustes, aos cartéis, ao capital financeiro, às relações de credor e devedor; cada um deles dispõe, até certo ponto, de um monopólio colonial”. É de fato, o que ocorre hoje, após as independências de África e Ásia. O imperialismo não precisa dominar politicamente o terceiro mundo. A partir da dominação econômica, com os monopólios, trustes e cartéis, conseguem manter todo o mundo sobre sua égide.

Além disso, o imperialismo criou todo o embasamento para a cooptação de grande parte das lideranças operárias: “o traço distintivo da situação atual é a existência de condições econômicas e políticas que não podiam deixar de tornar o oportunismo ainda mais incompatível com os interesses gerais e vitais do movimento operário: o imperialismo embrionário transformou-se no sistema dominante; os monopólios capitalistas passaram para o primeiro plano na economia nacional e na política; a partilha do mundo foi levada ao seu termo; mas, por outro lado, em vez do monopólio indiviso da Inglaterra, vemos a luta que um pequeno número de potências imperialistas trava para participar nesse monopólio, luta que caracteriza todo o começo do século XX. O oportunismo não pode ser agora completamente vitorioso no movimento operário de um país, durante dezenas de anos, como aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XIX, mas em alguns países atingiu a sua plena maturidade, passou essa fase e decompôs-se, fundindo-se completamente, sob a forma do social chauvinismo, com a política burguesa”.

É o que Leon Trotsky, anos mais tarde, chamou de crise da direção da classe operária. Para lutar contra o imperialismo, etapa superior e podre do capitalismo, é necessário superar esta cooptação das direções, pelo trabalho de base, desmascarando o sistema capitalista e mostrando que ele é o principal causador dos problemas que o trabalhador enfrenta.

“O que está acontecendo hoje sempre aconteceu: eles sempre querendo colonizar nosso povo”



O **Jornal Gazeta Operária (JGO)** entrevistou o mestre de capoeira, conhecido como Mestre Primo, sobre o 5º Encontro Nacional de Capoeira Angola, que ocorreu no último mês de setembro, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

JGO: Qual a origem da capoeira angola? Podemos considerar a capoeira como um elemento de resistência do povo negro?

Mestre Primo: Sim, a capoeira veio da África, foram os africanos que trouxeram. Mestre Pastinha fala assim, que ele aprendeu direto com o africano e, por isso, a resistência. Quando a gente entende que ela veio da África, e já é uma lógica diferente aqui do ocidente. Para garantirmos toda essa africanidade da capoeira, temos que nos organizar e nos conectar com toda essa ancestralidade deixada pelos africanos. Entender isso é importante, porque aqui, no século XX, se estruturou esse nome “Capoeira” no ocidente, mas ele descontextualizou toda essa questão da África. Quando se estrutura essa ideia de capoeira, o que segue é essa ideia junto com capital e isso trouxe um prejuízo muito grande. Muito do nosso povo achou que iria acessar a nossa história original através dessa coisa superficial que foi criada aqui no ocidente, em 1930, que o Mestre Bimba descriminaliza. Todo esse conhecimento, todo esse conteúdo da origem da luta que fez indicativo para essa questão da capoeira, quando se tira o processo histórico, tira também a questão da Resistência e todos os elementos que circulam em torno do processo da história. Quando voltamos no mestre Pastinha e nos conectamos com todo esse processo que ele deixou de movimento, de técnica do africano, entendemos essa lógica do

ocidente, do Capital, que desconstrói, que vem o processo da segregação.

Para resistir neste lugar da capoeira e entender toda essa bagagem que o africano trouxe e que foi negado no ocidente tem que estudar bastante. Essa bagagem não se limita apenas a isso, mas tem também a questão da engenharia, agronomia, a forma de lidar com os minerais, isso tudo veio da África. A fabricação de sinos e tudo, mas o ocidente aqui negou todo esse processo. Quando a gente faz a conexão dessa luta com a questão da África, que é uma África que a gente não conhece, quando nós desenvolvemos essa técnica que os africanos deixaram, nosso corpo acaba se encontrando com a história. O corpo, quando encontra a história, ele se liberta dessa ideologia escravagista do sistema.

JGO: Atualmente, qual é a importância cultural da capoeira para o povo negro do Brasil?

Mestre Primo: É uma importância muito grande, só que o povo negro, por conta dessa história mal contada desde o século 20, ainda não consegue conectar com a história real. Então, às vezes, nós não temos nosso povo dentro desse lugar de estudo e de busca da origem. Nosso povo foi seduzido por essa ideologia escravista, então muitos não conseguem entender a grandeza que é todo esse processo, infelizmente. Para a gente, é uma tristeza muito grande ver isso, por exemplo, nas últimas eleições. Você viu muito o povo negro votando nessa sabe aberração que está lá, mas é porque não tem noção da história. O negro perdeu, foi desconectado de propósito para ele não entender a história real que vai revolucionar, ressignificar o pensamento e o comportamento dentro do

sistema.

JGO: A capoeira era tida como uma prática violenta e subversiva por ser “coisa de preto”, chegando, inclusive a ser formalmente proibida. Atualmente, ela é considerada um patrimônio nacional, mas ainda há preconceito e discriminação contra a capoeira e seus praticantes?

Mestre Primo: Sim, claro! Essa primeira coisa que você falou, que a capoeira foi vista como uma coisa violenta, isso eles falaram para o nosso povo lá no século XIX. Falaram que essa luta não poderia vir. Mas ela é uma luta de verdade, que tem ataque, defesa, história, ideologia, técnica, ciência etc. Essa luta e esse conhecimento, tudo que veio de lá, foi negado pelo sistema e colocado como uma coisa violenta. Se “coisificou” tudo que o negro trouxe, tudo que o africano escravizado trouxe e virou coisa ruim. Criou-se outra mentalidade para poder higienizar todo o conhecimento que o negro trouxe. Criou-se outro processo em que o nosso povo, para garantir a sobrevivência, teve que se enquadrar dentro desse processo e esquecer cada vez mais a sua história.

JGO: No mês de setembro foi realizado, em Belo Horizonte, o 5º Encontro Nacional de Capoeira Angola, em homenagem aos 131 anos do Mestre Pastinha. Como foi o evento e qual a sua importância?

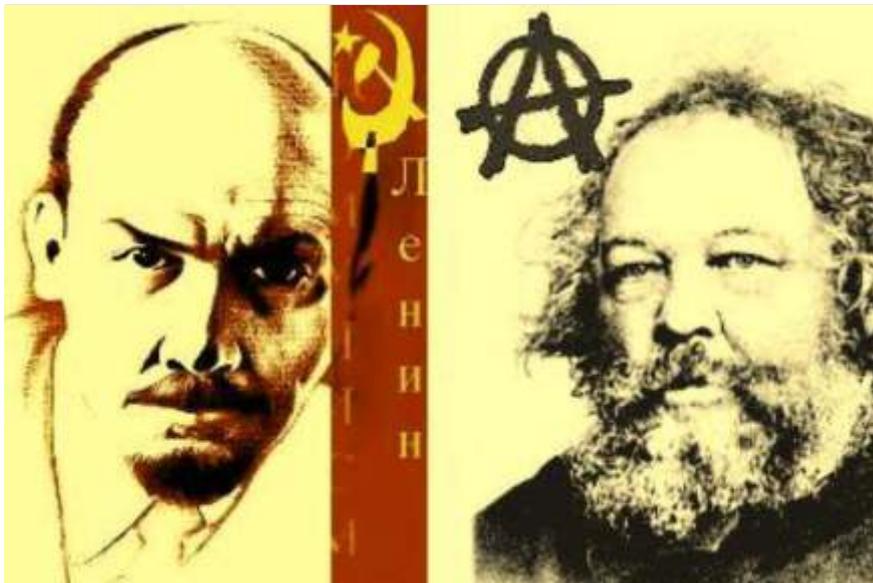
Mestre Primo: A importância é que nesse evento falamos um pouco desses valores negados pelo sistema. Do valor da engenharia, a contribuição do negro na área do mineral, do ouro, a contribuição do negro na fabricação de sino, na questão da matemática e da luta. Nós fizemos uma mesa que chamava a “descolonização do sistema”, para desconstruir essa colonização que fizeram na cabeça do nosso povo, desconstruindo toda riqueza de conhecimento que nosso povo trouxe. No encontro, tivemos uma mesa de história que fez essas discussões, que para nós é muito caro e para o povo debater e a gente discutir e aprofundar mais nessa linha do conhecimento, para ressignificar nosso olhar e o nosso pensamento. Tivemos outra mesa de políticas públicas, onde discutimos políticas para ajudar a preservar todo esse processo e criar territórios de proteção para que essa cultura continue a perpetuar por mais 100 anos. E, para isso, temos que desconstruir essa ideologia escravagista, achar outra lógica, essa outra lógica que está no nosso corpo e que foi

negada pelo sistema. Nesse sentido, foi interessante essas duas mesas e a oficina que tivemos com todos os mestres que estavam lá. Os alunos puderem fazer as oficinas com os mestres e fazer uma avaliação disso, o que foi importante. Uma coisa que julgamos importante é que esse Encontro foi na linha do acolhimento, ninguém pagou para poder entrar no evento. Nós usamos verba pública para poder facilitar esse lugar do acolhimento do nosso povo, instruir o nosso povo dentro dessa linha do conhecimento para conseguirmos reagir a toda essa atrocidade, essa anormalidade que está colocada nesse e em outros momentos que a gente acha, pensa e enxerga a leitura. Na verdade, o que está acontecendo hoje sempre aconteceu: eles sempre querendo colonizar nosso povo, sempre querendo dominar e domesticar e nós, muitas vezes, caímos nessas armadilhas do sistema. A gente só não cai quando acessamos o conhecimento, que desconstrói essa lógica e aponta para outra, que inclui.

JGO: O Brasil vive um momento de intensos retrocessos, com o aumento visível do extermínio do povo preto e pobre. Como é praticar e ser mestre de capoeira nesses tempos?

Mestre Primo: Ele tem que estar bem, o mestre de capoeira tem que estar bem atento ao seu papel social e político dentro desse processo para ele poder contribuir com isso. Eu acho que acessar uma linha que acolhe o povo e instruir o indivíduo, um por um, nesse combate, nessa guerra ideológica que nós estamos. Temos uma ideologia que foi negada que tem que ser retomada para nós acessarmos a busca da liberdade, é isso que temos que tentar passar para nosso povo. O interessante é que essa busca pela liberdade, ela não vai se dar só com uma pessoa, ela vai dar um coletivo. Nosso papel, e quando eu falo nosso papel social, tem que ver com nosso papel político, de trabalhar num lugar de acolhimento onde possamos acolher ao máximo o nosso povo e instruí-lo nessa linha do conhecimento, para poder ter uma reação diante dessa atrocidade que nós estamos vivendo hoje. Está tudo nessa linha do conhecimento que foi negada por esse sistema escravocrata, machista, egocêntrico e tal. Para desconstruir isso, só o conhecimento que os africanos deixaram. Temos que voltar a entender todo esse processo.

Socialismo e Anarquismo no início do século



Edgar Carone nasceu em São Paulo, em 14 de setembro de 1923. Filho de um imigrante libanês, formou-se historiador e se tornou um dos principais intelectuais marxistas brasileiros. Trabalhou na Fundação Getúlio Vargas e na Universidade de São Paulo, onde se tornou professor titular do curso de História do Brasil. Publicou 27 obras, em 30 anos de atividade profissional. O livro “Socialismo e Anarquismo no Início do Século” faz parte desse acervo.

O livro em análise é composto por vários ensaios sobre o movimento operário europeu entre 1870 e 1914, período de fundação e efervescência de atuação prática socialista e anarquista na Europa. É o caso, por exemplo, da primeira união sindical, o primeiro congresso operário, a primeira candidatura trabalhista, o processo de burocratização dos partidos operários da Europa Ocidental, que com o tempo se tornaram reformistas. Em sua análise, Carone dividiu o livro em duas partes, uma dedicada a analisar o socialismo, e outra o anarquismo.

Socialismo

O primeiro capítulo é dedicado a escrever sobre a formação dos Partidos Operários na Europa. Neste tópico, o autor demonstra que “a gênese do processo está ligada a dois polos interdependentes, que são os sindicatos e os partidos”. Os momentos chave desta criação foram a existência da I Internacional (1864/1872) e da realização da Comuna de Paris (1871). Constituíram-se como instrumento de luta e demonstração, na prática, de necessidades organizativas. A partir disso, segue a

interpretação da formação do Partido Social Democrata Alemão, em 1875, no Congresso de Gotha. Ele surgiu da fusão entre seguidores de Ferdinand Lassale, que afirmava que o proletariado deveria ser amparado pelo Estado que deveria ser conquistado pelo voto dos trabalhadores, e marxistas que acreditavam na necessidade da revolução social. Seus primeiros líderes foram Liebknecht e Bebel. No fim do século XIX, o partido está sob liderança de Kautsky e Bernstein e experimenta uma enorme ascensão, chegando a ter mais de um milhão de filiados em 1914. Cresce também o número de deputados eleitos, chegando a 110 deputados, em 1912. Carone associa este último crescimento como indicativo da simpatia dos socialistas alemães pelo parlamentarismo e ações legais, e a ideia de passagem do capitalismo para o socialismo por ações legais.

Após uma análise sobre a conformação do Partido Operário Belga, o autor passa debater a formação do Partido Socialista Frances. Este é composto pela fusão de diferentes correntes: o Partido Operário, cujo programa foi redigido por Marx e Engels; o Partido Blanquista; a Federação dos Trabalhadores; o Partido Operário Social Revolucionário e, por fim, os Independentes, que se manifestaram individualmente até 1898 e criaram, com o tempo, a Federação dos Socialistas Independentes e a Federação dos Socialistas Revolucionários independentes. Sob críticas da II Internacional, que afirmava que esta fragmentação era negativa, se fundem no Partido Socialista Frances, em 1905.

No segundo capítulo, nomeado “Mais uma vez a II Internacional”, Carone faz o debate sobre como,

no Brasil, sob forte influência cultural francesa, a literatura socialista que circulava no início do século era majoritariamente produzida na França. Argumenta que mesmo na França havia pouco trânsito da teoria socialista alemã. O autor afirma que a literatura alemã seria mais ideológica, enquanto a francesa seria mais tática. A partir disso, parte para uma análise da literatura socialista alemã, que cobre assuntos que vão desde a infância até a poesia operária.

No terceiro capítulo, “O que é ser reformista? O que é ser revolucionário?”, Carone se dedica a responder estas duas questões. Argumenta que, no campo socialista, o antagonismo entre reformistas e revolucionários só vai se acentuar depois da Revolução Russa de 1917. Nas palavras do autor “entre 1870 e 1914, domina, em parte, a incerteza ideológica e a imprecisão partidária. Neste contexto, os termos revolucionário e reformista ainda não tomam seu sentido atual, porque, no momento inicial do processo de formação partidária moderno e da formulação de sua justificativa, o fato de ser verdadeiramente um ou outro não obriga nenhum deles a se renegar. Ser reformista e ser revolucionário ainda não é questão fundamental. É a guerra e a Revolução de 1917 que vai obrigar o proletariado e suas agremiações a se definirem e escolherem seu campo de luta. Nessa hora, a aparente neutralidade já deixa de existir, a tomada de posição é inevitável”.

No quarto e no quinto capítulo, “Abaixo a guerra! Viva a guerra!” e “Le drôle de guerre ou união sagrada”, Carone analisa este que ele considera um divisor de águas entre reforma e revolução: o papel da guerra. Segundo o autor, é a tomada de decisão a favor do Estado, logo, a favor da guerra, que vai definir ideologicamente o reformismo, enquanto a rejeição ao conflito aprimorou ideologicamente os revolucionários.

Anarquismo

A segunda parte do livro é dedicada a análise do anarquismo. No primeiro capítulo, “Anarquismo e Literatura: Jean Grave e Temps Nouveaux”, Carone explicita seis correntes anarquistas: a primeira, a individualista, o papel principal é de Max Stirner,

datada de meados de 1840, que define o indivíduo como única realidade e único valor possível. A segunda, mutualista, existente de 1840 a 1850 e tem Proudhon como maior representante. Prega a revolução como necessária, mas não violenta. A terceira seria o coletivismo autoritário, defensora do ateísmo, abolição de classes, igualdade econômica, política e social entre ambos os sexos. Terra e instrumento de produção propriedade coletiva, a quarta delas, denominada comunista libertária, defende a ideia que o processo histórico é pacífico e inevitável e que a mudança é impulsiva pelo desenvolvimento da sociedade, principalmente das forças produtivas, e pelo progresso da educação. A quinta corrente é a da violência. Se limita ao ataque a indivíduos da classe dominante. Por fim, temos a sexta corrente, o anarco-sindicalismo.

O segundo capítulo é dedicado apenas a analisar o anarco-sindicalismo, corrente que aparece com o florescimento dos sindicatos no fim do século. Carone considera que seu surgimento vem da fraqueza organizacional das correntes anteriores. Tem como eixos fundamentais a defesa da ação direta, que “significa que os explorados, isto é, o proletariado, tem que enfrentar, por si só, o sistema dominante, a burguesia. Nada de auxílio do Estado, e sim contra o Estado; nada de ação parlamentar, e sim contra o Congresso; nada de partido, e sim contra partido”. A Greve Geral seria a principal forma de materialização da Ação Direta.

No terceiro e último capítulo do livro, “Propaganda pelo fato”, Carone analisa a quinta corrente, propositora do terrorismo individual. Isso nada mais é do que o indivíduo atacar fisicamente figuras de autoridade ou burgueses, atuando como “exemplo” para as massas. Seu resultado é pífio, servindo apenas para aumentar a repressão do Estado.

O tipo de análise feita por Carone é essencial para os marxistas. Pelo método histórico-dialético, devemos apreender as lutas feitas no passado para evitarmos seus eventuais erros e aproveitarmos seus acertos. É pelo acúmulo histórico da experiência do proletariado que devemos fazer nossa ação teórica e aprimoramos nossa prática.

Prefeito manda retirar Livro da Bienal do Rio por causa de beijo gay



O prefeito do Rio, o ex-bispo da IURD, Marcelo Crivella, mandou retirar a HQ “Vingadores: A cruzada das crianças” da Bienal do Livro, que aconteceu no Riocentro, em setembro.

Segundo o prefeito, a imagem que retrata dois personagens se beijando é “conteúdo impróprio para menores”.

Nas palavras de Crivella, sobrinho de Edir Macedo, “a prefeitura do Rio determinou que os organizadores recolhessem esse livro, que já foi denunciado inclusive na internet e que traz conteúdo sexual para menores. Livros assim precisam estar embalados em plástico preto, lacrado e com um aviso do lado de fora sobre o conteúdo. Portanto, a prefeitura do Rio de Janeiro está protegendo os menores da nossa cidade”.

“Vingadores: A cruzada das crianças” é o 66º volume da Coleção Oficial de Graphic Novels Marvel, lançado no Brasil em 2016 pela Editorial Salvat em parceria com a Panini Comics, que republica gibis no chamado “formato de luxo”, com capa dura e folhas em g a m a t u r a diferenciada.

A história da HQ criticada pelo prefeito pentecostal envolve dezenas de heróis da Marvel em novas histórias e contextos. Wiccano e Hulkling, dois personagens dos “Jovens Vingadores”, são namorados.

Em apenas uma das páginas da HQ eles aparecem se beijando e em outra aparecem abraçados durante um diálogo.

A edição é escrita pelo americano Allan Heinberg e ilustrada pelo britânico Jim Cheung. Publicada originalmente nos EUA entre 2010 e 2012, “Vingadores: A cruzada das crianças” chegou ao Brasil em 2012, segundo a editora.

No plenário da Câmara Municipal do Rio, o vereador Alexandre Isquierdo (DEM) reclamou da comercialização do livro na Bienal. O vereador também publicou vídeo nas redes sociais, se juntando a um coro de reacionários fundamentalistas morais e religiosos que reclamavam do teor do conteúdo da publicação. A prefeitura do Rio notificou extrajudicialmente a Bienal, não pedindo o recolhimento dos livros, mas dizendo que os exemplares da HQ fossem lacrados e viessem com uma classificação de censura indicando que há material ou cenas impróprias para menores de idade.

A Bienal se recusou a atender ao pedido da Prefeitura. Em nota, a organização do evento afirmou que: “dá voz a todos os públicos, sem distinção, como uma democracia deve ser”.

E completou, dizendo que “a direção do festival entende que, caso um visitante adquira uma obra que não o agrada, ele tem todo o direito de solicitar a troca do produto, como prevê o Código de Defesa do Consumidor”.

A Bienal terminou no domingo dia oito de setembro e contou com um debate sobre literatura LGBTQA+ com participação João Silvério Trevisan (Companhia das Letras), Jaqueline Gomes de Jesus (Metanoia) e Tobias Carvalho (Record) na mesa “Diversidade, substantivo plural.

Censura e Repressão Versus Liberdade de Costumes

A experiência ensina que as iniciativas dessa natureza tendem ao fracasso. A liberdade de costumes muitas vezes

prevaleceu sobre a tentativa de controlar os hábitos dos cidadãos em vários momentos da história.

Um exemplo brasileiro mostra bem como a repressão comportamental provoca efeitos contrários às pretensões das autoridades. Durante a ditadura, os militares tentaram impor censura nestas áreas. Eles proibiram sexo explícito em publicações impressas, no cinema e na televisão.

Não deu certo. Na década de 1970 surgiram manifestações libertárias, ostensivas e bem-sucedidas de contestação ao moralismo oficial. Na música, a banda Secos e Molhados caiu no gosto popular com o visual transformista e os requebrados do vocalista Ney Matogrosso.

Na mesma época, em São Paulo, o grupo underground de dança Dzi Croquettes escandalizou os conservadores com espetáculos precursores, no Brasil, dos movimentos LGBT que ganharam força nas últimas décadas.

As pornochanchadas produzidas na Boca do Lixo romperam as amarras da censura. As comédias com temática sexual, inicialmente sem mostrar os órgãos sexuais, lotavam salas de cinema em todo o país.

À medida que a ditadura se aproximava do final, as personagens perderam as roupas até a nudez total no início da década de 1980. Os primeiros filmes de sexo explícito foram exibidos no Brasil depois de anos vetados pelo governo, caso de O império dos sentidos, de Nagisa Oshima, O último tango em Paris, de Bernardo Bertolucci, e Emanuelle, de Just Jaeckin.

Algumas cenas também sofriram cortes. Antes da liberação total,

as personagens de Laranja Mecânica tiveram as partes íntimas cobertas com bolinhas pretas visuais.

Em pouco tempo, essas restrições foram vencidas pela realidade. Simultaneamente, os filmes brasileiros também perderam os pudores impostos pelos generais.

A transgressão às regras puritanas se manifestou também no material impresso. Proibidas de circular no Brasil, as revistas pornográficas contrabandeadas do exterior eram vendidas às escondidas nas bancas de jornal. Os adolescentes disputavam os primeiros exemplares com a mesma ansiedade com que hoje aguardam os lançamentos de jogos eletrônicos e filmes de heróis.

Importante lembrar que naquele tempo não havia Internet, muito menos redes sociais. Logo, era muito mais difícil furar o cerco da censura. Agora, com o avanço tecnológico os brasileiros podem acessar sites de conteúdo livre sediados em qualquer lugar do mundo. Assim, as tentativas de cercear o conteúdo artístico e literário perdem força diante da realidade digital.

Já no caso da Bienal do Rio, o prefeito precisou de pouco tempo para descobrir que a censura produziu efeito contrário. O estoque do livro “Vingadores: A cruzada das crianças”, alvo do preconceito e da intolerância, esgotou-se no mesmo dia, logo após o “chilique” de Crivella nas redes sociais.

Também como reação ao gesto do chefe do Executivo municipal, inúmeras postagens de beijos gays entre anônimos e famosos lotaram as publicações das nas redes sociais.

O prefeito do Rio de Janeiro conhece bem as garantias legais para a liberdade de expressão defendidas na Constituição Cidadã de 1988. Mesmo assim, deixou-se levar pelo autoritarismo para tentar marcar posição política junto ao eleitorado evangélico que lhe dá sustentação.

Diante da determinação constitucional, se estivesse mesmo preocupado com as crianças, o ex-bispo Crivella deveria investir em educação laica, essa sim, a melhor maneira de preparar as futuras gerações para os desafios de seu tempo, sem o moralismo religioso que tenta enquadrar os cidadãos brasileiros.

Greve dos Correios balança Governo e mostra o caminho para as outras categorias



No último dia 10 de setembro, os trabalhadores dos Correios deflagraram uma grande greve nacional contra a retirada de direitos históricos da categoria e contra a privatização da Estatal, política que vem sendo anunciada pelo governo Bolsonaro. A greve, um movimento forte de toda a categoria, paralisou as principais atividades de entrega no País, o que balançou as estruturas do governo, que não conseguiu impor os ataques desejados, levando a direção dos Correios a ajuizar o Dissídio Coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST). No julgamento do Dissídio, que ocorreu no último dia 02 de outubro, os ecetistas conseguiram manter a quase totalidade do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), excetuando-se o plano de saúde para pais e mães dos trabalhadores (uma grande perda que a ECT e o governo vêm tentando retirar há anos).

Além do reajuste de 3% nos salários, índice que incidirá em todas as cláusulas econômicas por um ano (retroativo à 1º de agosto), o TST manteve as cláusulas sociais por dois anos, provavelmente pensando em evitar outra greve geral da categoria para o ano que vem e para que o governo possa ter “folga” para manter sua política de privatização da Estatal, apoiando-se na Reforma Trabalhista, em vigor, que disciplina que as mesmas cláusulas repassadas aos trabalhadores só podem permanecer por dois anos, exceto se se mantiverem em Acordo Coletivo de Trabalho. Ocorre que, em muitas das vezes, as campanhas salariais dos trabalhadores dos Correios são decididas via sentenças do TST, problema que os ecetistas terão

que enfrentar mais adiante.

A greve, de extensão nacional, causou grande repercussão, inclusive internacional. Até mesmo o GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Serviço de Inteligência de Bolsonaro, dirigido pelo general Augusto Heleno, se mostrou preocupado com a mobilização e passou a monitorar de perto as campanhas salariais das demais categorias que estão em curso. Segundo declaração do general, a greve dos trabalhadores dos Correios, que foi de natureza econômica, poderia tomar proporções políticas de uma luta contra o plano de privatizações das estatais anunciado pelo ministro da economia, Paulo Guedes. Isso, inclusive, só não foi possível graças à política de contenção imposta pelas direções burocráticas, que cometeram o erro político e tático de retroceder o movimento paredista na segunda quinzena de setembro.

O medo da direção dos Correios foi tamanho que ela ajuizou o Dissídio Coletivo de Greve logo no primeiro dia do movimento e buscou no TST a solução para um impasse que ela própria criou ao se negar a continuar o processo de negociação com os trabalhadores. A greve, considerada uma das maiores do País no último período, teve a unidade dos 36 Sindicatos de trabalhadores dos Correios. Essa unidade histórica foi conseguida depois de a direção dos Correios apresentar a sua proposta de retirada de direitos na alteração de cerca de 40 cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho vigente, além de um reajuste de 0,8% do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Ou seja, ataques a direitos históricos dos trabalhadores e um reajuste

bastante inferior à recomposição da inflação acumulada do período.

O caminho é a unidade de classe

A unidade dos trabalhadores dos Correios (embora por apenas alguns dias) evidenciou a necessidade de se unificar as categorias que estão sofrendo ataques diretos do governo como petroleiros, eletricitários, educadores, metroviários etc., mostrando que é possível e extremamente necessário lutar contra a política de desmonte que esse governo, entreguista e subserviente ao imperialismo norte-americano, está tentando implantar no Brasil. É preciso dar uma resposta de conjunto à política lesa pátria de Jair Bolsonaro (PSL).

Na Petrobrás, a política de privatização e retirada de direitos, inclusive com a tentativa de inviabilizar o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, é exatamente a mesma aplicada nos Correios. Importante destacar que os petroleiros também estão com seu Acordo sendo mediado pelo TST. Trata-se do mesmo “modus operandi” para todas as estatais. O plano é acabar com direitos históricos dos trabalhadores para “enxugar” as empresas e, com isso, facilitar a sua privatização, entregando o patrimônio do povo brasileiro para a iniciativa privada internacional, a preços módicos.

A situação também se assemelha aos ataques contra os educadores, que enfrentam a política de privatização das universidades públicas. O governo também aplica o sucateamento na educação brasileira e já cortou milhões em

verbas, prejudicando o desenvolvimento de pesquisas e produção de conhecimento do País. Um absurdo que deve ser respondido não de forma isolada, somente pelos professores, mas entendendo essa como uma das pautas da classe operária, afinal de contas, são os filhos dos trabalhadores que serão impedidos de ter acesso à educação. O problema de uma categoria deve ser entendido como um problema de todas para que se crie uma unidade na luta, de verdade.

Romper o medo e ir para a ofensiva

A greve dos trabalhadores dos Correios aconteceu em meio a uma imensa recessão do País, com indicadores altíssimos de desemprego. Portanto, ela serviu para, parcialmente, romper com o medo e mostrar que é possível e extremamente necessário fazer greves e mobilizações contra esse governo de extrema-direita que só apresenta ajuste e aumento da exploração à população, sobretudo a mais pobre. O movimento paredista dos trabalhadores dos Correios foi uma demonstração de que é preciso reunir todas as categorias e construir uma pauta mínima e unificada para lutar contra a política de destruição do Estado brasileiro e das organizações sindicais. A greve é uma das arma da classe trabalhadora e deve ser usada de forma a conscientizar a população sobre o prejuízo que significa a entrega das estatais brasileiras à iniciativa privada. Neste sentido, a ação direta organizada pela classe trabalhadora, através da greve, é uma política acertada para conter os ataques do governo que visa entregar todo o patrimônio do povo para os grandes monopólios privados, reduzindo os direitos trabalhistas a nada. A greve ainda ensina para os trabalhadores a importância da união da classe e que só assim será possível impedir a retirada de direitos históricos do povo, a entrega da soberania nacional e a demissão de centenas de milhares de trabalhadores.

Pela estabilidade no emprego!

Não à precarização das relações de trabalho;

Não à privatização dos Correios!

Fora Bolsonaro!